

Marcha das Três Esferas dá recado: PEC 38 é cavalo de troia. Quem votar não volta



Em assembleia extraordinária realizada na manhã desta terça-feira (4), os servidores públicos federais do Amazonas aprovaram a proposta de reajuste de 17,75% no auxílio-alimentação para servidores da ativa. Também há previsão de o auxílio chegar a R\$ 1,3 mil a partir de abril. O resultado das assembleias em todo o país serão apresentados ao governo pela Condsef.

O encontro desta terça-feira uniu dezenas de servidores na sede do Sindsep-AM, localizada na rua Luiz Antony, 589, no bairro Aparecida. A assembleia foi dirigida pelo secretário-geral do sindicato, Walter Matos.

A proposta do governo é que o reajuste, se aprovado pela categoria, seja pago a partir de dezembro. Para o próximo ano, os sindicatos também devem priorizar a campanha salarial. O governo pretende propor um reajuste de 5%, percentual abaixo da valorização devida, por isso, as entidades vão solicitar 10%.

“Além dessa votação na assembleia, falamos do saldo político da mobilização que realizamos no último dia 29, em Brasília, contra a reforma administrativa.

O governo Lula precisa deixar clara a sua posição contra esse texto. Não dá para falar nos bastidores. Essa proposta é um cavalo de Tróia dos deputados Hugo Motta e Zé Trovão para os servidores”, criticou.

A PEC 38/2025 realiza uma série de mudanças no setor público, sob a desculpa de modernização. Dois dos principais prejuízos são a possibilidade de contratar comissionados com dez anos de estabilidade, incluir sistemas de avaliação de desempenho que podem ser usados em perseguição a servidores, e o fim dos concursos públicos para nível intermediário.

“Solicitamos agendas com os senadores Omar Aziz e Eduardo Braga, porque queremos falar sobre os danos da reforma e pedir uma posição contrária deles ao texto. Vamos seguir esse mesmo caminho com outros parlamentares do Amazonas”, afirmou o secretário-geral do Sindsep-AM.

Outros destaques

Walter Matos também destacou que, após a pressão dos ex-sucaneiros em Brasília,

o governo Lula vai apoiar a PEC 101, que prevê plano de saúde para os servidores afetados pelo DDT.

“O governo vai criar um GT para dar continuidade ao debate sobre essa PEC, que já recebeu o apoio da gestão do presidente Lula para ser aprovada”, disse.

Durante a assembleia, o secretário-geral também anunciou que o sindicato está em mobilização para realização de um encontro estadual dos servidores federais cedidos ao município e ao estado.

O objetivo é visualizar o quantitativo e reforçar a união desses servidores em prol de melhores condições de trabalho.

“Esses servidores que estão cedidos muitas vezes sofrem abandono, assédio moral e desprezo profissional, apesar da enorme experiência que acumulam, inclusive tendo treinado os servidores municipais e estaduais. Estamos solicitando audiência com o prefeito David Almeida e com o governador Wilson Lima para discutir esse quadro”, disse Walter.